



## Perspectivas sobre o capitalismo dependente: uma breve discussão a partir de Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira

Francisca Vilandia de Alencar<sup>1</sup>

**Resumo:** Este estudo parte da seguinte questão norteadora: Quais são as perspectivas de Florestan Fernandes, em “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina” (2009), e de Francisco de Oliveira, em “Crítica à Razão Dualista: O Ornitorrinco” (2015), sobre o capitalismo dependente, e como essas visões contribuem para uma leitura crítica do capitalismo contemporâneo? O objetivo principal é discutir as análises dos autores sobre o capitalismo dependente e avaliar sua relevância para a compreensão das dinâmicas econômicas e sociais atuais. A partir de uma revisão crítica de suas obras, são identificadas convergências e divergências nas abordagens de Fernandes e Oliveira, com foco em suas contribuições para uma leitura crítica do capitalismo vigente. A análise permite destacar os limites do desenvolvimento capitalista nos países dependentes e suas implicações para a luta de classes. A justificativa para o estudo é a persistência das desigualdades econômicas e políticas que afetam a América Latina, o que mantém as reflexões desses autores pertinentes. Este estudo que é de caráter qualitativo e baseado em revisão bibliográfica, revela que, apesar dos diferentes contextos históricos, as ideias de Fernandes e Oliveira permanecem fundamentais para compreender as dinâmicas de dependência e subordinação que caracterizam os países latino-americanos. Conclui-se que ambos oferecem análises importantes para interpretar os desafios enfrentados pelas economias periféricas no cenário capitalista global atual.

**Palavras-chave:** Capitalismo dependente. América Latina. Florestan Fernandes. Francisco de Oliveira. Dependência econômica.

### Introdução

O conceito de capitalismo dependente tem sido amplamente debatido por estudiosos que se dedicam a entender as dinâmicas econômicas e sociais da América Latina. Nesse contexto, Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira destacam-se por suas contribuições teóricas que elucidam a forma particular como o capitalismo se desenvolveu em países da periferia do sistema global. Para ambos os autores, o capitalismo não é homogêneo, mas assume

---

<sup>1</sup> Bolsista Capes de doutorado no programa de Pós-graduação stricto sensu em História (PPGH) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestra no programa de Pós-graduação stricto sensu em História (PPGHIS) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Advogada inscrita nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Ceará sob o nº 40.224/CE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2655669818477435>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0453-8388>. E-mail: [vilandiaalencar01@gmail.com](mailto:vilandiaalencar01@gmail.com)



características específicas nos países latino-americanos, onde a dependência econômica em relação às potências hegemônicas é central para a compreensão de suas economias. Esses fatores tornam o estudo do capitalismo dependente fundamental para a análise crítica das desigualdades e da subordinação econômica e política na região.

No Brasil, as contribuições de Fernandes e Oliveira tornam-se particularmente relevantes por fornecerem uma base teórica para entender o papel da burguesia local e sua relação com o capital internacional. Fernandes, em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (2009), argumenta que o desenvolvimento do capitalismo na região foi marcado pela dependência externa, resultando em uma economia subordinada aos interesses do capitalismo global. Já Oliveira, em *Crítica à Razão Dualista: O Ornitórrinco* (2015), foca em como essa subordinação se expressa no contexto brasileiro pós-1930, destacando as peculiaridades do desenvolvimento capitalista no país e as contradições que surgem a partir da combinação de elementos modernos e arcaicos.

A questão do capitalismo dependente permanece atual, especialmente quando observamos as crises cíclicas e as profundas desigualdades estruturais que afetam as economias da América Latina. Para Fernandes (2009), a burguesia local, embora subserviente aos interesses externos, desempenha um papel ativo na manutenção da dependência, colaborando com a exploração do trabalho e a exclusão social das camadas populares. Oliveira (2015), por sua vez, complementa essa análise ao destacar o processo de acumulação capitalista no Brasil e o papel do Estado na criação das condições institucionais que favorecem a exploração e a concentração de riqueza.

Desta forma, partimos da seguinte questão norteadora: Quais são as perspectivas de Florestan Fernandes, em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (2009), e de Francisco de Oliveira, em *Crítica à Razão Dualista: O Ornitórrinco* (2015), sobre o capitalismo dependente, e como essas visões contribuem para uma leitura crítica do capitalismo contemporâneo?

No mesmo sentido, nosso objetivo geral visa discutir as perspectivas dos autores supracitados sobre o capitalismo dependente e como suas análises se mantêm relevantes para a compreensão das dinâmicas econômicas e sociais contemporâneas. A partir de uma revisão



crítica de suas obras, buscaremos identificar as convergências e divergências em suas abordagens e como essas reflexões contribuem para uma leitura crítica do capitalismo atual. A análise das obras de Fernandes (2009) e Oliveira (2015) permitirá também destacar os limites do desenvolvimento capitalista nos países dependentes e as implicações para a luta de classes.

A metodologia utilizada neste artigo é baseada em uma revisão bibliográfica, conforme indicado por Gil (2010), cuja ênfase está na análise crítica de obras selecionadas. A pesquisa foca nas obras *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* de Florestan Fernandes e *Crítica à Razão Dualista: O Ornitorrinco* de Francisco de Oliveira, partindo de uma leitura criteriosa das teorias desses autores e de comentaristas relevantes. A metodologia inclui a seleção de trechos que evidenciem as perspectivas sobre o capitalismo dependente no Brasil e na América Latina, examinando suas implicações sociopolíticas e econômicas. A análise comparativa e crítica dos textos é utilizada para identificar os pontos de convergência e divergência entre os autores, enquanto a literatura secundária amplia o escopo teórico e contextualiza as reflexões propostas.

Esta discussão é organizada em uma única seção que apresenta as perspectivas de Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira sobre o capitalismo dependente. A estrutura do artigo foi definida considerando a necessidade de uma análise objetiva e sintética das contribuições dos autores, mantendo o foco na articulação direta entre suas teorias. Isso permite identificar pontos de convergência e divergência entre as abordagens de Fernandes e Oliveira, destacando como essas reflexões são fundamentais para a compreensão do capitalismo atual. Embora desenvolvidas em diferentes contextos históricos, suas análises continuam a oferecer importantes contribuições para o entendimento das desigualdades econômicas e da subordinação política presentes na América Latina. Com isso, o presente estudo busca contribuir para o debate sobre o sistema capitalista vigente e os desafios enfrentados pelos países periféricos no contexto global.

## **Dominação externa e capitalismo dependente: perspectivas de Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira**



Faz-se necessária a questão ainda atual de que o capitalismo, embora universalizando, não se apresenta de modo universal em todos os territórios, conforme já indicado por Florestan Fernandes (2009) e outros autores adiante apontados que no Brasil e tantos outros países da América Latina opera-se o capitalismo de tipo dependente.

De acordo com Fernandes (2009, p. 21), os países latino-americanos entram no jogo do capitalismo global como “produtos da ‘expansão da civilização ocidental’”. Essa qualidade de produto persiste porque tais países não reúnem as condições culturais, econômicas e políticas de impedir a incorporação dependente das nações de capitalismo hegemônico, assim como a ausência destas condições também os impede de acompanhar a evolução do capitalismo que ocorre cada vez mais rápida.

Tais ausências tem fundo histórico, pois desde o processo de colonização há a persistência de uma forma social dominada por estratos privilegiados que concentram a riqueza, sobretudo a propriedade, e o poder político que se organiza sob um estilo democrático subserviente à dominação externa e com exclusão do povo. Desta forma, os interesses da nação são na verdade interesses particulares dessas camadas que se mantém no poder desde a colonização, as quais nenhum compromisso com o desenvolvimento local o tem (FERNANDES, 2009).

Fernandes, ao tempo que escreve, identifica que do ponto de vista sociológico a América Latina está diante de dois grandes problemas:

O primeiro é a nova forma de imperialismo e a sua difusão sob a hegemonia de uma superpotência capitalista, os Estados Unidos. O outro consiste em como enfrentar o imperialismo, na época das grandes empresas corporativas e da dominação implacável por parte de uma nação americana, dadas as debilidades econômicas, socioculturais e políticas predominantes, mesmo nos países mais avançados da região. (FERNANDES, 2009, p. 22).

Reiteramos que quando Fernandes desenvolve sua análise, o mundo vivia momentos singulares do capitalismo global, como por exemplo, a entrada no fim da era de ouro do capital e as disputas por hegemonia entre os EUA e a extinta URSS. Mais de cinquenta anos depois da análise feita por nosso autor, ainda pairamos sob os mesmos problemas identificados por ele?

Para tanto, faz-se necessário destacar a descrição que ele faz acerca das fases e formas de dominação externa. Esboça como ocorreu o antigo sistema colonial, o qual vigorou nos



países da América Latina por aproximadamente três séculos. Tanto Portugal quanto Espanha trouxeram para o novo continente mecanismos para o desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu, sem nenhuma intenção de constituir aqui uma sociedade autônoma, uma pátria. Os territórios da América eram para eles um prolongamento de Estado para extrair riquezas, diferentemente do que ocorre com a colonização inglesa que foi livre das injunções da metrópole desde o início e fundou na nova terra uma pátria. No que segue, os padrões de dominação fixados na América Latina são orientados para manter uma lógica de dominação coerente com a sociedade colonial.

A realidade de dominação imperialista que gesta e mantém os países da América Latina até hoje sob a lógica do capitalismo dependente trata-se de uma construção histórica e bastante enraizada. O primeiro tipo de dominação externa se manifesta primeiro pelo interesse dos agentes privilegiados da colonização, como colonizadores e países financiadores, os quais romperiam com lógica dura de exploração na qual obtinham menos lucros do que as coroas de Portugal e Espanha; depois, no território europeu, Holanda, França e Inglaterra disputam pelo controle econômico das colônias da América com as potências que exerciam seu controle externo neste antigo sistema colonial, movimento que era preciso ser apoiado pelos habitantes do território dominado com nível de poder político e econômico para impor sua emancipação (FERNANDES, 2009).

Sobre o segundo tipo, Fernandes (2009, p. 24) aponta que:

Surgiu como produto da desagregação do antigo sistema colonial. As nações europeias, que conquistaram o controle dos negócios de exportação e de importação na América Latina (a Inglaterra em particular), estavam mais interessadas no comércio que na produção local. Durante quase quatro ou cinco décadas – do fim do século XVIII até as primeiras três ou quatro do século XIX – esses países ocuparam o vácuo econômico deixado pela desagregação do antigo sistema colonial, em vez de exercerem o papel de um “poder imperial”.

Podemos falar aqui que se migrou de um processo de dominação direta, para um processo de dominação indireta, ou como o autor supra chama, para o neocolonialismo. A produção local estava preparada para a exportação imediata, mas ainda não tinha conseguido desenvolver aqui nenhum produto de alto valor econômico ou sequer um possuía um mercado consumidor capaz de orientar alguma autonomia econômica e financeira para o país. Tanto as



ex-colônias não possuíam recursos quanto os setores dominantes desejavam continuar exportando, mas agora sem ter que repassar parte significativa do lucro para a Coroa. Na realidade houve uma conservação da mesma lógica economia anterior.

O esforço para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas constituídas sob o antigo sistema colonial. (FERNANDES, 2009, p. 25).

“O terceiro tipo de dominação externa apareceu como consequência da reorganização da economia mundial, provocada pela revolução industrial na Europa” (FERNANDES, 2009, p. 25). A dominação indireta foi chave para a revolução industrial e ajudou sobretudo a Inglaterra em seu crescimento capitalista. A forma pela qual foi conduzida a articulação do capital internacional com o desenvolvimento autônomo das economias periféricas da América Latina influenciou o modo de ser destas sociedades em todas as esferas, não apenas econômica, o que para Fernandes resulta na dominação imperialista e no capitalismo dependente como movimento histórico profundamente enraizado (FERNANDES, 2009).

O autor em debate, por fim, identifica o quarto tipo de dominação externa que a seu tempo se apresenta com a fixação de multinacionais nos países de economia dependentes, especialmente indústrias leve e pesada, mas também no campo dos serviços, comércio e financeiras. Estas empresas usam estrategicamente os países da América Latina para se fixarem porque as condições sociais, econômicas e políticas são bem mais favoráveis à produção e acumulação de capital, sobretudo com barateamento da matéria prima, incentivos fiscais e a superexploração do trabalho. Trata-se também de mais uma forma de orientar a economia interna pelos interesses externos, ao que Fernandes (2009, p. 27) identifica como “capitalismo corporativo ou monopolista”.

Este particular *modus operandi* é denominado de “imperialismo total”, no qual não apenas uma, mas várias nações compartilham o controle externo destes países, conforme explica Fernandes (2009, p. 27):

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e consumo de massa, até a educação,



a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, à modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc.

Esse tipo de imperialismo demonstra como as economias dependentes não reúnem as condições necessárias à sua autonomia e porque mesmo diante de tantos séculos de capitalismo não conseguem sair da categoria de subdesenvolvimento. A burguesia interna com influência na dinâmica destas relações de poder também é orientada por interesses egoístas e empenham a superexploração local ao grande capital internacional. Este é um panorama mais ou menos geral que verifica na história da formação sociocultural da América Latina onde estamos e por que estamos nesta qualidade de economia periférica.

Nesse sentido é que se entende que as relações de dependência não são relações entre estados soberanos, pois não são o motor que move a expansão do capitalismo. O que o move são as contradições das relações de classes criadas pelo regime de produção econômica dominante. Tanto a classe dominante interna quanto os grupos externos donos do capital tiram proveito da condição de dependência e subdesenvolvimento dos países periféricos, porque a burguesia local é “parceira” da burguesia internacional, ainda que menor e subordinada (LIMOEIRO-CARDOSO, 1995).

A questão que se colocou Florestan Fernandes e que ainda é atual para nós é se é possível que estes países consigam atingir a “integração nacional e a autonomia econômica, sociocultural e política através do capitalismo?” (LIMOEIRO-CARDOSO, 1995, p. 34).

Para ele, duas realidades se colocam:

1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e autônoma. (LIMOEIRO-CARDOSO, 1995, p. 34).

Olhemos para a distribuição e concentração de riquezas que tradicionalmente concentra em pequenos grupos dominantes rendas exorbitantes em detrimento de rala distribuição de renda para a maior parte da população. População esta, que mal consegue vender sua força de trabalho ou se consegue, o faz em condições de trabalho precarizadas. Se o neocolonialismo é



tão asfixiante quanto o antigo sistema colonial, “pode o capitalismo privado, sob condições de extrema concentração interna da renda (e, em consequência, do prestígio social e do poder) e sob condições de dominação externa e de drenagem de riquezas permanentes, enfrentar realmente e mudar uma tal realidade?” (LIMOEIRO-CARDOSO, 1995, p. 35). Olhando para condições históricas da formação social destes países até nos parece que Fernandes faz uma pergunta retórica.

O desenvolvimento histórico material do sistema capitalista, sobretudo a reincidência cada vez mais rápida das crises estruturais e cíclicas deste sistema, assim como as tentativas de contornar as crises através de políticas neoliberais que “arrocham” cada vez mais a população e a classe trabalhadora com a retirada de direitos e aumentos exponenciais das taxas de juros mormente, corrobora com a tese de que a lógica deste panorama não será alterada através do aprofundamento do próprio sistema e ainda mais quando o tipo presente é o capitalismo dependente.

Para Francisco de Oliveira (2013), especificamente no caso do Brasil, o desenvolvimento capitalista recebe novos contornos a partir da “Revolução”<sup>2</sup> de 1930 que encerra a hegemonia agrário-exportadora e inicia um ciclo de predominância com base na produção industrial urbana. Muito embora, somente em 1956 é que a renda do setor industrial será maior do que a da agricultura, a forma pela qual o processo de predominância do novo setor se consolida é que é fulcral (OLIVEIRA, 2013). Gonçalves (2020) e Ianni (1979) entendem que este é o ano que marca a constituição do Brasil como um novo tipo de estado burguês já que o encerramento de ciclo a que Oliveira se refere é o fim de um estado oligárquico caracterizado pela relação de dominação-subordinação e início de uma ação estatal caracterizada pela dominação hegemônica.

Neste processo, a imposição de uma regulamentação legal estatal sobretudo em relação ao trabalho e o seu preço tinha dupla finalidade: “de *destruição* das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de *criação*

---

<sup>2</sup> Quando 30 é colocado como “Revolução” perde-se a relação histórica das lutas de classe, o que permite aos historiadores da ordem caracterizar a classe trabalhadora em sua suposta passividade. Escreve-se assim a História do Brasil como revolução-passiva, como se os direitos conquistados pelos trabalhadores fossem dádiva gratuita da classe dominante, e não fruto de sua luta mais ou menos aberta. (GONÇALVES, 2020, p. 31).



das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno” (OLIVEIRA, 2013, p. 35). Neste ponto, a legislação trabalhista começa a ser elaborada. Há uma virada de chave no que tange a questão da hegemonia, pois segundo Gonçalves (2020), a República Velha exercia sobre a classe trabalhadora um tipo de hegemonia cujo sustentáculo era a dominação pura e simples, o que não se sustenta, ao passo que a Nova República se consolida no tipo de dominação hegemônica clássica com uso da força, mas também do consenso.

Nesse sentido, as leis trabalhistas tiveram importante papel no processo de acumulação capitalista voltado ao setor industrial que se torna concreto a partir de 1930, de modo que, por esta e por outras razões, é equivocada a ideia de que no capitalismo o estado deve ser mínimo, afastado dos sistemas de mercado, “pois precisamente o papel do Estado é ‘institucionalizar’ as regras do jogo” (OLIVEIRA, 2013, p. 37). No que se refere ao jogo do capital, estas leis cumpriram o papel de transformar a população brasileira, especialmente as da cidade, em “exército de reserva” (OLIVEIRA, 2013).

O autor aponta duas razões para essa conversão a partir da lei:

De um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2013, p. 38).

Desta forma, foi, na verdade, uma manobra que beneficiou a acumulação, uma vez que tanto calculou por baixo quanto estabeleceu regras que equiparavam todas as categorias, qualificadas ou não. Mas isso não quer dizer que o simples rebaixamento de salários deu conta da acumulação, pois de acordo com Oliveira (2013, p. 39) “não era necessário que houvesse rebaixamento de salários anteriormente pagos, mas apenas *equalização dos salários dos contingentes obreiros incrementais*; isto é, da média dos salários”. Um objetivo não declarado da legislação, é claro, que confere impulso à acumulação e assinala a nova fase da economia brasileira.

O trabalho não é o único fator de regulamentação sob o qual o Estado intervém com o objetivo de criar as condições necessárias para a acumulação capitalista do setor industrial, mas



sua atuação camuflada, porém intencional e direcionada, faz emergir a ideologia de um Estado paternalista e preocupado com a questão social com o varguismo. Embora construída de forma muito robusta, essa ideologia populista era bastante ilusória, pois basta lembrar como as leis trabalhistas excluíram o trabalhador do campo da regulamentação legal do trabalho e da previdência social e cooptou a agricultura na sua forma de produção primitiva para sustentar as condições de acumulação industrial (OLIVEIRA, 2013).

Nas condições concretas da expansão do capitalismo no Brasil, o crescimento industrial teve que se produzir sobre uma base de acumulação capitalista razoavelmente pobre, já que a agricultura fundava-se, em sua maior parte, sobre uma “acumulação primitiva”. Isso quer dizer que o crescimento anterior à expansão industrial dos pós-anos 1930 não somente não acumulava em termos adequados à empresa industrial, como não sentou as bases da infraestrutura urbana sobre a qual a expansão industrial repousasse: antes da década de 1920, com exceção do Rio de Janeiro, as demais cidades brasileiras, incluindo-se nelas São Paulo, não passavam de acanhados burgos, sem nenhuma preparação para uma industrialização rápida e intensa. (OLIVEIRA, 2013, p. 55).

Muito embora a questão do capitalismo dependente seja a realidade dos países da América Latina verificada por Florestan Fernandes, na análise de Francisco de Oliveira, o Brasil, além de estar enclausurado neste tipo de capitalismo, também possui uma certa especificidade particular relativa ao processo econômico no pós-anos 1930. Para ele não se verifica neste período histórico do Brasil (nem nos posteriores) uma economia capitalista do tipo “clássica” porque não se reproduz nem tem o resultado das estruturas econômicas dos países mais desenvolvidos. Ele destaca duas questões particulares da experiência local neste processo: a revolução burguesa e o *modus operandi* da acumulação industrial adotada, aqui pincelada linhas acima.

A expansão do capitalismo no Brasil atravessa uma dinâmica de poder que visava a substituição da cúpula do poder anteriormente centrado nos grandes proprietários rurais para o empresariado industrial que se fazia como a nova classe burguesa. Mas a especificidade do Brasil é que a revolução burguesa não se concretizava com uma ruptura total da dinâmica anterior. O populismo vai ser o meio de conexão entre o modelo “arcaico” e “novo”, o qual, por sua vez, se materializará sobretudo através da legislação trabalhista, a qual cria “novas formas



de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação,” (OLIVEIRA, 2013, p. 64).

As novas leis do trabalho não apenas possibilitam a acumulação industrial, mas também um instrumento para que a burguesia industrial capture o apoio das classes trabalhadoras das cidades para se fazer hegemônica em relação aos seus predecessores e isso será fundamental inclusive para que as novas posições dialéticas não sejam revertidas depois dos impactos dos eventos externos como a II Guerra Mundial. O autor confirma nossa interpretação quando afirma que “seu sentido político mais profundo é o de mudar definitivamente a estrutura do poder, passando as novas classes burguesas empresário-industriais à posição de hegemonia” (OLIVEIRA, 2013, p. 64).

Como as novas classes burguesas não totalmente excluem as classes dominantes anteriores da dinâmica das relações de poder, nem dos ganhos, já que o tipo de acumulação primitiva baseada na exportação subsistia, as leis do trabalho também cuidaram de não alcançar esta seara das relações de trabalho e produção. Ou seja, a normativa trabalhista foi peça chave para a virada hegemônica. Essa dinâmica das relações de poder sociais que é histórica nos permite conhecer como se constituíram, se constitui e se mantem as relações fundamentais de dominação da sociedade, seus conflitos, contradições e realizações. Essas relações fundamentais são, na verdade, apenas o ponto inicial para compreender momentos como o que se passa no Brasil em 2016.

Pelos estudos de Fernandes e Oliveira, assim como de seus debatedores, compreendemos que a questão do capitalismo dependente nos países da América Latina não é geográfica ou pela qualidade anterior de colônia, é essencialmente capitalista e naturalmente desigual, sendo a condição de dependência um tipo específico de capitalismo que se revela sobretudo na fase monopolista do capitalismo.

De acordo com Miriam Limoeiro-Cardos (1995), no capitalismo dependente não apenas temos uma enorme concentração da indústria capaz de criar monopólios – processo de monopolização – como há também a dominância do capital financeiro. Ademais, também não se trata de uma dominação externa jurídico formal, mas uma dominação politicamente orientada



a partir de uma dominação interna que se conjuga com uma dominação externa porque a burguesia local é parceira da burguesia internacional, ainda que subordinada.

Ao passo que a dominação externa só se faz por intermédio da dominação interna, porque a burguesia local é aquela que assume o poder e faz funcionar todos os mecanismos para a burguesia internacional poder auferir os resultados da dominação que ela impõe em termos imperialistas. Uma não se faz sem o fortalecimento da outra. Por isso as burguesias locais têm enorme responsabilidade pelo caráter dependente pelo qual a dominação externa se faz e, portanto, nunca serão parceiras do trabalho contra a dominação externa. Esse é o caminho que nos permite chegar na questão da sobreapropriação e sobre expropriação do capitalismo dependente que orienta a ofensiva burguesa contra a classe trabalhadora.

Dado o processo histórico de formação da sociedade brasileira como economia dependente e o exercício permanente do poder pela burguesia na forma identificada, é também concreto que a produção legislativa deste país e o sistema jurídico que cuida da execução plena desta legalidade, é por eles [e para eles] orientados, excluindo-se da sua justa parte as classes subalternizadas. Ao que Oliveira (2013, p. 74) percebe que “nas transformações que ocorrem desde os anos 1930, a expansão capitalista no Brasil foi muito mais o resultado concreto do tipo de estilo da luta de classes interna que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial.

## **Considerações Finais**

A análise desenvolvida neste artigo evidenciou a centralidade das contribuições de Florestan Fernandes (2009) e Francisco de Oliveira (2015) para o entendimento do capitalismo dependente na América Latina. Ambos os autores fornecem perspectivas que, embora distintas, convergem na interpretação da relação de subordinação entre as economias periféricas e as potências hegemônicas do sistema capitalista global. A dependência externa e o papel da burguesia local são aspectos cruciais em suas análises, com implicações profundas para a compreensão das dinâmicas econômicas e sociais da região.



Fernandes (2009) destacou como as economias latino-americanas, desde o período colonial, foram moldadas pela dependência de centros capitalistas externos. Sua análise explora a continuidade dessa dominação, sublinhando o papel das elites locais que, ao invés de promoverem um desenvolvimento autônomo, reforçam os laços de subordinação econômica e política. Essa relação impede a superação das estruturas de desigualdade e dificulta a integração nacional, evidenciando que o subdesenvolvimento não é um estado transitório, mas parte estrutural do capitalismo dependente.

A abordagem de Oliveira (2015), focada no Brasil, complementa essa análise ao discutir as particularidades do desenvolvimento capitalista no contexto brasileiro pós-1930. Ele identifica a coexistência de elementos modernos e arcaicos no capitalismo nacional, destacando o papel do Estado na organização das condições de acumulação. A legislação trabalhista, por exemplo, é apontada como uma ferramenta que, ao mesmo tempo em que promove a inclusão formal de setores da classe trabalhadora, reforça a exploração e a precarização do trabalho. A dominação capitalista no Brasil, assim como em outros países dependentes, está fortemente vinculada às articulações entre capital internacional e as elites nacionais.

A comparação entre as obras de Fernandes e Oliveira revelou que, embora abordem o capitalismo dependente a partir de ângulos diferentes, ambos convergem na crítica ao papel da burguesia local. Para os dois autores, a elite interna atua como parceira do capital estrangeiro, reproduzindo as estruturas de dominação e exploração que impedem o desenvolvimento autônomo. A lógica de acumulação, segundo Oliveira (2015), mantém o país em uma condição de subordinação, onde as transformações econômicas estão sempre orientadas pelos interesses externos.

Ao discutir o capitalismo dependente, Fernandes (2009) aponta para a impossibilidade de se alcançar um desenvolvimento pleno dentro dessa lógica, uma vez que as estruturas de poder e riqueza estão rigidamente vinculadas ao sistema global de dominação. Nesse sentido, a teoria da dependência continua relevante para a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos países latino-americanos em romper com essas amarras históricas e construir um modelo econômico mais justo.



O estudo comparativo também permitiu identificar que, embora tenham sido escritas em contextos históricos distintos, as análises de Fernandes e Oliveira permanecem atuais. As crises cíclicas do capitalismo global, a crescente concentração de riqueza e a exclusão social nas economias periféricas reforçam a pertinência das reflexões propostas por ambos os autores. A dominação externa continua a ser um fator determinante na reprodução das desigualdades econômicas e políticas que caracterizam os países da América Latina.

As reflexões de Fernandes (2009) e Oliveira (2015) contribuem, ainda, para o debate sobre as possibilidades de transformação social na América Latina. Suas análises sugerem que a superação do capitalismo dependente exige uma ruptura com as estruturas de poder existentes, tanto no âmbito interno quanto no externo. O papel da luta de classes é central em ambas as abordagens, que apontam para a necessidade de movimentos sociais que desafiem a lógica da acumulação capitalista e proponham alternativas de desenvolvimento mais equitativas.

Por fim, o presente estudo reafirma a relevância das teorias sobre o capitalismo dependente para a crítica do sistema capitalista global. Fernandes e Oliveira oferecem ferramentas teóricas importantes para a análise das desigualdades que persistem na América Latina e para a busca de soluções que promovam uma maior autonomia e justiça social na região. As conclusões aqui apresentadas são um ponto de partida para futuras investigações que aprofundem o debate sobre o papel da dependência no desenvolvimento das economias periféricas.

## Referências

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4 eds., rev., São Paulo: Global; 2009.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. **Coleção Documentos**, São Paulo, n. 18, 1995. Disponível em: <http://200.144.254.127:8080/iea/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>. Acesso em 06 jun. 2022.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1 ed., 4 Reimpr. São Paulo: Boitempo, 2015.



GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos. **Os juristas orgânicos da ditadura e a revista brasileira de filosofia (1964-1968)**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos. **A restauração conservadora da filosofia: o Instituto Brasileiro de Filosofia e a autocracia burguesa no Brasil (1949-1964)**. Goiânia: Edições Gárgula; Editora Kelps, 2020.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. PT 30 anos: democracia, socialismo, transformismo e o poder. **Marxismo21**, Dossiê 10 anos de governos do PT, 2013. Disponível em: <https://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/> Acesso em 13 abr. 2022.